

Recomendações para Gestão Territorial
e Ambiental da Terra Indígena

Rio Apapóris e Entorno – Região do Rio Traíra

2020



**RECOMENDAÇÕES PARA GESTÃO TERRITORIAL E
AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA RIO APAPÓRIS
E ENTORNO – REGIÃO DO RIO TRAÍRA
(2020)**



EXPEDIENTE

Realização

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)
— <https://foirn.org.br/>



Diretoria Executiva da FOIRN 2017-2020

Marivelton Rodrigues Barroso — Baré — Diretor Presidente
Nildo José Miguel Fontes — Tukano — Diretor Vice-presidente

Isaías Pereira Fontes — Baniwa — Diretor
Almerinda Ramos de Lima — Tariano — Diretora
Adão Francisco Henrique — Baré — Diretor

Endereço

Av. Álvaro Maia 79 – Centro – São Gabriel da Cachoeira-AM,
CEP: 69750-000 – Caixa Postal 42

foirn@foirn.org.br

Assessoria Instituto Socioambiental (ISA)



Colaboradores Comissão de Governança dos PGTAs das
TIs do Alto e Médio Rio Negro FOIRN, ISA, CR-RNG Funai e
ICMBio.

Apoiadores Financeiros



ALIANÇA PELO CLIMA



União Europeia



ORGANIZAÇÃO AUSTRIACA DE
COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente a posição das instituições que a apoiaram financeiramente.

Sumário

Apresentação: resumo do processo de elaboração dos PGTAs das Terras Indígenas do alto e médio Rio Negro	6
Passo a passo da elaboração dos PGTAs no Rio Negro	7
1. Introdução	9
2. A Terra Indígena Rio Apapóris e entorno Traíra, no contexto regional.	11
2.1 Geografia Física	11
2.2 Comunidades, população, grupos étnicos e histórico de ocupação	14
2.3 Processo de demarcação da Terra Indígena Rio Apapóris	16
2.4 História de Ocupação do Traíra –História do Garimpo	20
3. Diagnóstico Socioambiental da Terra Indígena Rio Apapóris e Entorno	27
3.1 Principais problemas e desafios para gestão e governança	36
4. Expectativas e Propostas das Comunidades da TI Rio Apapóris e da Região do Traíra	39
4.1 Acordos internos de gestão	41
4.2 Fortalecimento da cultura e dos conhecimentos tradicionais para o manejo do mundo.	41
4.3 Fiscalização e proteção do território	41
4.4 Acesso aos serviços públicos de saúde, educação e cidadania	42
4.5 Governança, autonomia e sustentabilidade socioambiental	42
4.6 Comunicação e mobilidade	43
5. Recomendações	44
5.1 Recomendações para a gestão indígena a partir das parcerias com FOIRN e instituições com algum grau de afinidade e potencial de ação local	44
5.2 Recomendações ao Governo Federal	46
Bibliografia.	48
Anexo: Títulos Minerários na Região Brasil e Colômbia	49

Apresentação: resumo do processo de elaboração dos PGTAs das Terras Indígenas do alto e médio Rio Negro

Este documento é parte de um extenso processo que envolveu levantamento de informações, cursos, reuniões interinstitucionais, oficinas e consultas nas comunidades, grupos de trabalho e outros momentos de socialização e debates sobre gestão territorial, inicialmente em 7 Terras Indígenas no Médio e Alto Rio Negro, a saber: Alto Rio Negro; Rio Apapóris; Balaio; Cué-cué Marabitanas; Rio Téa; Médio Rio Negro I e II; e mais recentemente Jurubaxi Téa e Uneuixi.

As instituições que conduziram a elaboração foram a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), a Coordenação Regional do Rio Negro, da Funai, e o Programa Rio Negro, do Instituto Socioambiental (ISA) numa iniciativa conjunta iniciada em 2014. Foi estabelecida uma Comissão de Governança para elaboração dos PGTAs que, além das três instituições, contou com participação do ICMBio. Além destas instituições, uma rede de pesquisadores e lideranças indígenas foi responsável pelo levantamento socioambiental, articulação com as comunidades, discussões no grupo de trabalho (GT) PGTA e validação nas assembleias (regionais e Geral) da FOIRN. Este processo está registrado em quatro boletins “Governança e Bem viver Indígena” distribuídos para as comunidades indígenas e instituições de referência¹.

¹ Volume 1: <https://isa.to/2BYaLit> Volume 2: <https://isa.to/2N4VyRm> Volume 3: <https://isa.to/2C6A1DA> Volume 4: <https://isa.to/2PLJDpP>

Passo a passo da elaboração dos PGTAs no Rio Negro

1 Curso básico de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas no Rio Negro (2014)

O curso teve como objetivo explicar e esclarecer a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas (PNGATI). Foi elaborado e organizado pela FOIRN, com a colaboração de ISA, Funai, ICMBio, IFAM e IEB. Foram quatro módulos presenciais São Gabriel da Cachoeira, sede municipal, e três etapas nas comunidades.

2 Oficinas Inaugurais para elaboração dos PGTAs (2015)

Em 2015 foram realizadas sete conferências com o objetivo de sensibilização sobre a PNGATI e elaboração de um plano de trabalho para construção dos 7 PGTAs. Foram realizados exercícios e discussão da territorialidade, experiências prévias e os desafios para a gestão ambiental e territorial. As lideranças, professores, agentes de saúde, mulheres e jovens da AHKÓ IWI, ACIBRN e ACIR definiram os temas prioritários que deveriam ser discutidos e aprofundados durante o levantamento e nos grupos de trabalho de cada associação. Foram escolhidas duas jovens lideranças por associação para, junto com as diretorias, realizar os levantamentos, produção de relatórios e participar dos grupos de trabalho que analisaram e sistematizaram os dados.

3 Levantamento Socioambiental (2016 e 2017)

Pesquisadores indígenas (45 pessoas) realizaram um levantamento socioeconômico georreferenciado, a partir de questionários de entrevistas comunitárias e familiares em sete Terras Indígenas. O censo populacional foi feito a partir dos dados disponibilizados pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Rio Negro (DSEI-ARN) via Agentes de Saúde Indígena, registrando idade, gênero, etnia e atualizando óbitos e nascimentos. No Médio Rio Negro foram também realizadas reuniões em todas as comunidades para discutir os temas prioritários definidos na oficina inaugural a partir de trabalhos em grupos divididos por mulheres, jovens e lideranças.

“O desafio para fazer esse levantamento foi muito grande, a começar pela boa vontade das comunidades e dos comunitários, a maneira de como abordar o assunto também foi desafiador. Como em algumas comunidades nunca tinham ouvido falar sobre o assunto, e tudo era um novo conhecimento, tivemos que fazer que em pouco tempo assimilassem alguma coisa sobre o assunto para poder prosseguir e deixar claro o objetivo dessa pesquisa”
– Eucimar dos Santos Aires, Baré, Coordenadora de Pesquisa do Levantamento Socioambiental no Médio Rio Negro e membro da diretoria da AHKO IWI

4 Grupo de Trabalho PGTA e Consultas (2017 e 2018)

O GT PGTA é como ficou conhecido o grupo que se reuniu em três oficinas específicas: a primeira para analisar as informações do levantamento socioambiental e preparar a devolutiva para as comunidades e as outras duas para preparar e validar os PGTAs nas assembleias regionais e geral da FOIRN em 2018.

A maioria das consultas foi realizada sob uma lógica de apresentação, socialização e debate sobre os PGTAs, seguida por trabalhos em grupos que se dividiram por temas ou por coletivos de idade, gênero ou profissão. A consulta na região do Apapóris e Traíra foi feita na comunidade Cachoeira do Machado no mês de Abril de 2018. Neste encontro participaram líderes e representantes das localidades do rio Traíra onde, por meio de exercícios de cartografia social, diálogos e entrevistas, produziram-se informações muito detalhadas sobre o território, sua história e economia.

5 Validação dos PGTAs por Coordenadorias nas Assembleias Regionais e Geral da FOIRN (2018)

6 Revisões de textos e diagramação gráfica (2019 e 2020)



1. Introdução

Este documento foi elaborado a partir dos resultados de duas atividades realizadas com as comunidades indígenas do Rio Traíra: Vila José Mormes, Desana, Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas e Cachoeira Machado da Terra Indígena Alto Rio Negro e a comunidade São José do Rio Apapóris da Terra Indígena Apapóris, no âmbito da implementação do Acordo de Cooperação Técnica para a elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) entre a Federação das Organizações do Rio Negro (FOIRN) e o Instituto Socioambiental (ISA), com apoio da Funai – CR/ Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira.

As duas ações realizadas foram: visita a cada um dos assentamentos e comunidades de Traíra e Apapóris, durante os meses de fevereiro e março de 2017 para o Levantamento de Informações Socioambientais; e Oficina em abril de 2018, na comunidade Cachoeira do Machado do rio Traíra, associada por vizinhança e parentesco à comunidade colombiana Puerto López, para socializar e analisar os resultados do diagnóstico socioambiental e definir as ações que requerem a gestão territorial e ambiental nestes territórios.

Durante o levantamento das informações socioambientais, foram realizadas entrevistas com cada uma das famílias nas comunidades para registro de dados populacionais e de informações sobre temas prioritários relacionados ao manejo e aproveitamento dos recursos naturais nas atividades de pesca, caça e estabelecimento de roças; também à cobertura e qualidade dos serviços de saúde e educação; da mesma forma, à disponibilidade de meios e equipamentos para transporte e comunicação; e aos recursos financeiros que recebem por meio de benefícios sociais do Estado.

Os participantes da oficina realizada na comunidade de Cachoeira Machado, incluindo lideranças, mulheres e jovens de diferentes comunidades da região do Traíra, através da elaboração de mapas mentais, compartilharam informações muito detalhadas, relacionadas ao seu território, sua história e sua economia. Os mapas, construídos de forma participativa, geraram uma imagem da complexa realidade do território, permitindo uma reflexão profunda sobre a história re-

cente da ocupação da área, a compreensão das situações que geram maiores incertezas no território, e o futuro a que aspiram como povos indígenas. Desta forma, se facilitou o diálogo entre representantes e lideranças indígenas das comunidades locais com os representantes da organização indígena regional – FOIRN – e do governo federal – Funai. O exercício de mapeamento e discussão participativa contaram também com a apresentação, por parte de cada uma das comunidades, das propostas de ações prioritárias para a gestão territorial e ambiental na região do Traíra e seu entorno.

Uma das principais preocupações que os habitantes desta região expressaram foi o impacto ambiental da exploração de ouro sobre os ecossistemas da região, que não só coloca em risco o meio ambiente e a saúde, mas também ameaça o conhecimento e as práticas tradicionais de manejo dos diversos povos indígenas. Há fortes indícios de contaminação por mercúrio em alguns afluentes e no próprio rio Traíra, sentido pelas próprias comunidades.

De acordo com o exposto, nas diretrizes e recomendações para a Gestão Territorial e Ambiental que apresentamos aqui, deve-se ressaltar que a situação atual do rio Traíra e da Terra Indígena (TI) Rio Apapóris também exige ações regulares de Proteção e Fiscalização por parte do Estado, uma estratégia interinstitucional coordenada em caráter de urgência, que oriente uma agenda para a implementação de ações abrangentes em diferentes setores e que, por sua vez, permita gerir o fortalecimento da organização interna e da governança das comunidades dessas Terras Indígenas. **Prioritariamente, recomenda-se a realização urgente de análises das taxas de mercúrio e também da contaminação do rio Traíra e afluentes.**

Para finalizar, é necessário esclarecer que, embora as situações e propostas aqui apresentadas tenham sido definidas diretamente pelos habitantes da comunidade São José da TI Apapóris e pelas lideranças das comunidades da região do Rio Traíra, por motivos de força maior, não foi possível socializar este documento final junto à população geral da TI Apapóris. Portanto, destaca-se o compromisso por parte das instituições partícipes em tentar viabilizar espaços de discussão com as comunidades locais para a validação das propostas e formalização de compromissos no âmbito da implementação dos PGTAs.

De todo modo, espera-se que órgãos competentes aos temas prioritários e parceiros dos povos indígenas utilizem este documento como uma **ferramenta para gerir uma política de afirmação coletiva e de proteção ambiental** sobre este território, bem como uma base de referência para desenvolver de forma cooperativa e articulada ações e processos de gestão territorial e bem-estar.



2. A Terra Indígena Rio Apapóris e entorno Traíra, no contexto regional



2.1 Geografia Física

No alto rio Negro estão localizadas sete Terras Indígenas (TIs): Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Balaio, Cué-cué Marabitanas, Rio Apapóris e Rio Téa. A extensão de todas as TIs do Rio Negro somadas é de mais de 11,5 milhões de hectares e têm uma população multiétnica pertencentes principalmente a três famílias linguísticas: Tukano, Arawak e Naduhupy.

A área do rio Apapóris e seu entorno, região do rio Traíra é **uma das regiões mais remotas e de mais difícil acesso no noroeste Amazônico**. Abrange um vasto território que abarca toda a extensão do rio **Traíra, até a sua desembocadura no rio Apapóris, e toda a área de interflúvio entre as cabeceiras dos rios Ira, Curicuriari e Marié**. É uma área contígua entre o limite sudoeste da TI Alto Rio Negro, a TI Rio Apapóris e a parte oeste da TI Médio Rio Negro I. Está sob jurisdição de dois municípios, a parte mais ao norte está dentro dos limites do município de São Gabriel da Cachoeira e a parte sul do município de Japurá. Estende-se por duas bacias hidrográficas, a do rio Negro e a do Japurá/Caquetá. E ainda é região de fronteira entre Brasil e Colômbia. O rio Traíra serve como linha divisória, mas dos dois lados da fronteira há comunidades dos mesmos grupos étnicos, parentes e cunhados que compartilham a vida, a rotina, práticas culturais e a gestão deste vasto território ancestral. É nessa região que se localiza a Terra Indígena do Rio Apapóris (veja no mapa da página 11).

Sendo uma zona de transição entre rios de águas brancas (Japurá e Apapóris) e pretas (Traíra), característicos da área de drenagem do rio

Negro, nesta região encontramos vários tipos de paisagens, de planícies a serras e elevações rochosas, relacionados a três tipos principais de florestas inundáveis (igapó) e dois tipos de florestas de terra firme, sobre terraços e colinas onduladas. Além disso, existem áreas extensas cobertas por buritizais (*Mauritia flexuosa*). Nas serras de Taraíra existem florestas de savana semi aberta e florestas esparsas e baixas que crescem em afloramentos de rocha desnuda, característicos do Escudo das Guianas.

Quanto à geologia, nas serras do Traíra predominam as rochas cristalinas de origem pré-cambriana que compõem a base do Escudo das Guianas, tanto na Colômbia quanto no Brasil, sobre as quais são depositadas sequências de sedimentos dos períodos terciário e quaternário. As veias sedimentares são compostas principalmente por ouro, quartzo, prata, tungstênio, pirita, moscovita, ilmenita, wolframita e óxidos de ferro, entre outros minerais. As ricas mineralizações correspondem a depósitos de detritos coluviais e aluviais. As colinas do Traíra, Machado, Cerro Rojo, Peladero, Cerro Bombo, Cerro Piedra, Cerro Muzo, Sierra del Medio e Garimpo têm sido exploradas desde os anos 1980, exibindo predominantemente metassedimentos pré-cambrianos nas rochas (vetiformes) e sedimentos terciários-quaternários (coluviais), os últimos já foram explorados, deixando apenas os vetiformes.

Além disso, esta região é rica em fauna e flora. Em um estudo recente (Expedición Colombia Bio Apaporis, 2018), realizado na região do Apaporis colombiano, foram reportadas 2.335 espécies de flora e fauna, das quais 62 parecem ser endêmicas, 37 são novas para a ciência e 18 constam em lista de espécies ameaçadas. Desse total, 1.140 correspondem a espécies vegetais, das quais 51 são endêmicas do Apaporis e 10 desconhecidas pela ciência até o momento. Em relação à fauna, foram reportadas 38 espécies de mamíferos; 53 de anfíbios e répteis; 41 de morcegos; 101 de peixes (29 com potencial ornamental e 3 sem registro científico anterior) e 274 espécies de pássaros. Além disso, o mesmo estudo registrou 249 variedades de borboletas, das quais 9 são endêmicas e 2 foram pela primeira vez registradas pela ciência.



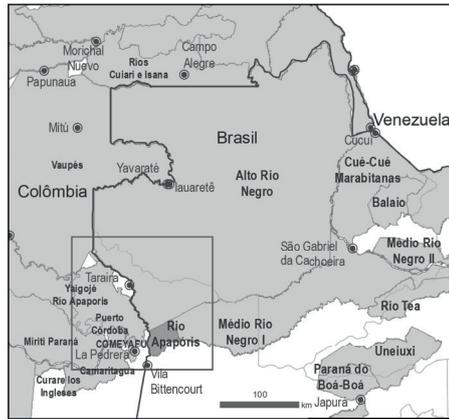
Terra Indígena Rio Apapóris e Região do Rio Traíra

Terras Indígenas e Resguardos Indígenas Fronteira Brasil - Colômbia



Limites e sedes

- Países
- Limite de Municípios
- Sedes de municípios e grandes vilas
- ★ Sede Pelotão



Territórios Indígenas e Comunidades

Terras Indígenas e Resguardos Indígenas (Colômbia)

Terra Indígena Apapóris

Comunidades no Brasil

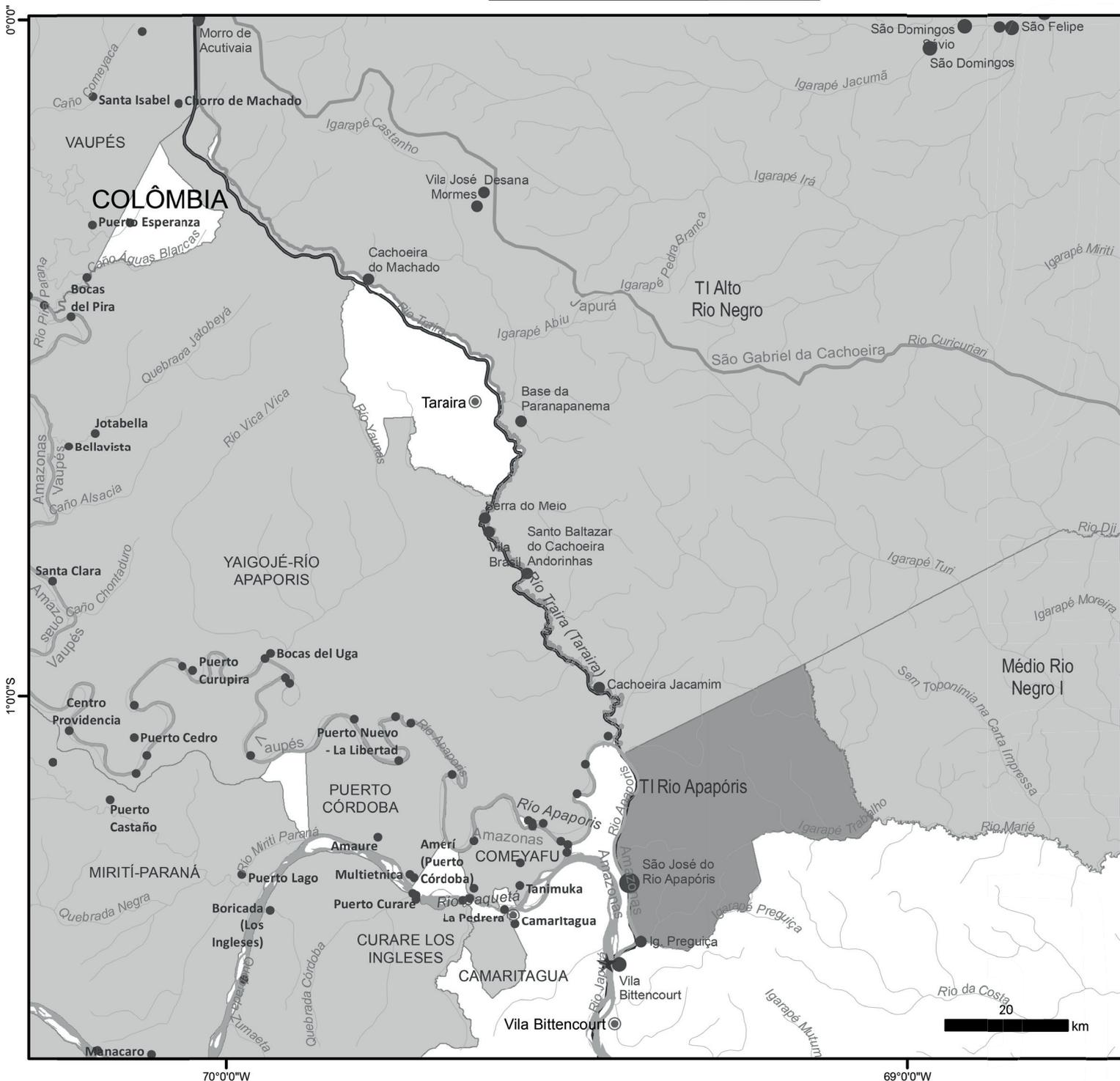
População

0 - 35

36 - 108

238 - 621

Comunidades Colômbia (não tem informação de população)



Fontes: Base cartográfica, APs e Pelotão- RAISG e ISA, Comunidades e Sítios FOIRN/ISA- novembro de 2020. Projeção SIRGAS, 2000.

69°0'0"W

2.2 Comunidades, população, grupos étnicos e histórico de ocupação

Nos últimos cem anos, a região fronteira do baixo Caquetá entre o Brasil e a Colômbia esteve diretamente associada a processos socioeconômicos de natureza extrativista e predatória, como comércio da borracha e de peles de animais, a produção de coca e a exploração de ouro.

Durante o chamado “primeiro boom da borracha” (1870–1912), a existência da fronteira foi ineficiente para controlar a situação, já que brasileiros, colombianos e peruanos não indígenas atravessavam os limites internacionais para escravizar índios, cometendo inúmeras atrocidades com a cumplicidade de diversos atores estatais. A fundação do povoado de Vila Bittencourt, em 1935, na confluência dos rios Apapóris e Japurá, e a criação do 3º Pelotão de Fronteira em 1937, não melhoraram a situação da região que vinha sendo afetada pelo primeiro auge da borracha.

A Segunda Guerra Mundial revitalizou o extrativismo da borracha e novos grupos de seringueiros chegaram aos rios Japurá e Apapóris, subiram até o rio Traíra, perturbando demasiadamente os povos nativos. A exploração de borracha se associou a outros ciclos extrativistas que vieram posteriormente, como a de peles de animais silvestres (1960–1970) e depois à chamada “febre do ouro” (1980) que teve seu epicentro na cidade fronteira de Taraíra e em grande medida também em La Pedrera. La Pedrera foi um centro fundamental de logística, suprimentos e venda de serviços para o último “boom” do ouro, que perturbou demais a população local.

As hordas de garimpeiros introduziram doenças “novas”, como sarampo e varíola,

que dizimaram as populações locais. Os Yuhupdêh, com um padrão de assentamento disperso e seminômade, tinham maior capacidade de resistir às epidemias de doenças e evitar a escravidão, consolidando-se como população majoritária na região. Segundo testemunhos de militares, no ano de 1950, no local onde se localiza a pista de pouso em Vila Bittencourt, havia uma aldeia Yuhupdêh que, “a pedido dos militares”, foi levada para a foz do igarapé Preguiça, aproximadamente 6 km acima pelo rio Apapóris, perto de onde hoje está estabelecida a comunidade de São José.

Relata-se que em 1960 os Yuhupdêh estavam distribuídos em três aldeias, uma localizada na foz do Preguiça, outra nas margens do rio Traíra, próxima à Cachoeira Andorinhas, e a última nas margens do Igarapé Castanho.

Há muitas histórias sobre a região do Traíra, suas serras, cachoeiras sagradas, seus habitantes ancestrais e sua dinâmica recente de ocupação por vários povos. Os conhecedores tradicionais dizem que pelos rios, igarapés, serras, cachoeiras e trilhas que se imbricam nesta vasta área estão localizados os sítios sagrados, moradas de seres espirituais que todos reconhecem como lugares com restrições de uso e ocupação, que guardam a memória da origem e das trajetórias de transformação, deslocamentos e povoamento ancestral da região; bem como das trocas sociais e espirituais mantidas pelos antepassados dos habitantes ancestrais.

Os sábios que conhecem essas histórias mais profundamente nos contam que, nas origens do mundo, quando os primeiros antepassados chegaram para povoar as bacias

hidrográficas dos rios Vaupés e Apapóris, os espíritos de todas as tribos reuniram-se na região de Traíra, na maloca de *Kome Jino* (Anaconda Metal), que era o proprietário ancestral de toda essa área, para ver quem poderia morar no Traíra e cuidar desse território sagrado. *Ide Jino* (Anaconda Água) e Anaconda Metal foram os que nomearam e entregaram as regras de manejo ancestral dos sítios sagrados. *Eles* encarregaram os Yuhupdëh de cuidar da área do Traíra em benefício de todos e usar a natureza de acordo com as leis originais. Os velhos também contam que, nos tempos antigos, outros povos vizinhos, como os Itana, Tukano, Desana e Tanimuka, circulavam nessa região, participando de trocas comerciais sociais e rituais com este povo.

A Gente de Água (*Ide Masa*) atualmente conhecidos como Makuna, povo assentado em seu território ancestral no igarapé Toaca, e outros povos indígenas do rio Apapóris – e Pirá Paraná – colombiano, mantêm uma conexão vital com as serras do Traíra. É por isso que os avós Makuna dizem que, devido ao respeito pelos sítios sagrados, o rio Traíra nunca foi uma região de ocupação tradicional permanente e que, embora os Yuhupdëh tenham sido escolhidos como guardiões desse território, eles ocupavam apenas o curso mais baixo do rio e nunca se estabeleceram nas partes mais altas.

No passado, os diferentes clãs Yuhupdëh, guiados pelos velhos conhecedores, transitavam periodicamente por esse vasto território, aproveitando as colheitas sazonais de frutas silvestres e realizando suas curas rituais em diferentes lugares. Até Toaca, no rio Pirá Paraná, na Colômbia, os Yuhupdëh de Jotaweya viajavam em uma determi-

nada época do ano para apoiar o Kumua da Gente de Água na realização da Grande Cerimônia de Yuruparí, durante a qual viajavam espiritualmente pelas rotas de sua geografia sagrada.

Por algumas décadas, o povo Yuhupdëh dessa área mudou seu padrão nômade tradicional e se estabeleceu na comunidade São José do Rio Apapóris. Além da comunidade São José do Apapóris, na margem brasileira do rio Traíra, encontram-se as comunidades de Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas e Cachoeira Machado, e os garimpos Vila José Mormes e Desana, em seu afluente Castanho, dentro dos limites da TI Alto Rio Negro.

No lado colombiano do rio Traíra, localizam-se outras seis comunidades multiétnicas que pertencem à jurisdição administrativa do município colombiano de Taraíra, que conta com uma população de aproximadamente 1000 pessoas. Todos esses assentamentos têm um histórico de formação mais recente que a comunidade de São José e estão de alguma maneira relacionados a atividade de mineração, iniciada a partir da década de 1980.

Na Terra Indígena Alto Rio Negro, os Yuhupdëh estão concentrados sobretudo nas comunidades dos igarapés Ira, Cunurí, Castanho e no rio Tiquié. Neste último, encontra-se atualmente mais da metade da população Yuhupdëh da área de cobertura da DIA WII – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes – (anteriormente COITUA), pertencente, por sua vez, à FOIRN.





2.3 Processo de demarcação da Terra Indígena Rio Apapóris

A homologação de 10,6 milhões de hectares em terras indígenas no alto Rio Negro é considerada a principal vitória do movimento indígena amazônico do século passado, assim como o principal legado do governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2003) na temática indígena. Os principais avanços ocorridos no processo de demarcação das terras indígenas deram-se inicialmente no contexto da execução do Plano de Proteção das Terras Indígenas na Amazônia Legal (PPTAL), que fazia parte do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, o qual foi coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado pela FOIRN com apoio do Instituto Socioambiental (ISA), e envolveu mais de 600 comunidades da região.

A seguir, apresenta-se uma linha do tempo com os principais eventos do processo de demarcação territorial da TI da Apapóris:

- 1970 a 1980** — Lideranças indígenas do Alto Tiquié e Uaupés começaram a reivindicar a demarcação de suas terras, e encaminham proposta para a delimitação do Alto Rio Negro como área única.

- 1979** — Funai declara três áreas contíguas como de “ocupação indígena” (AI): Pari-Cachoeira, Iauaretê, Içana-Ayari.

- 1983** — Muitos grupos de garimpeiros chegam à região do Apapóris.

- 1984 e 1985** — Funai faz proposta de delimitação de mais três áreas: Taracuá, Cubate, Içana-Xié, e propõe ampliar a 1.418.000 hectares à AI Pari-Cachoeira, como única reserva indígena contínua.

- 1986 e 1987** — Cresce a resistência dos setores militares, e especialmente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), contra a demarcação das TIs extensas e contínuas situadas na faixa de fronteira.

- 1986 e 1987** – Chegada à região do Traíra das empresas mineradoras Paranapanema e Gold Amazon, surgindo conflitos entre empresas, garimpeiros e índios.
- 1986 e 1987** – Funai propõe incluir à AI Pari Cachoeira a Serra do Traíra e a margem esquerda dos rios Traíra e Apapóris, além de todos os tributários brasileiros de ambos os rios.
- 1987** – É criada a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), com sede em São Gabriel da Cachoeira.
- 1987** – Foram demarcadas duas Áreas Indígenas, 12 Colônias Indígenas e 11 Florestas Nacionais –Flonas–. Assim, ao invés da expansão da AI Pari–Cachoeira, foram criadas três Colônias Indígenas: Pari–Cachoeira I, Pari–Cachoeira II e Pari–Cachoeira III, cujas áreas totalizaram 480.000 ha
- 1988 e 1989** – Nova Constituição Política eliminou a figura da Colônia Indígena, e estas Colônias passaram a ser Áreas Indígenas. Além disso, seu processo de demarcação é definido.
- 1992** – FOIRN e a Funai reivindicam junto ao Ministério Público a urgente necessidade de demarcação de uma Área Indígena única de 8.150.000 ha de extensão que re-unificaria Áreas Indígenas descontínuas e englobaria inclusive as Flonas.
- 1996** – Declarou-se o Alto e Médio Rio Negro como área de posse permanente dos índios e determinou à Funai a demarcação administrativa de cinco TIs contiguas na região.
- 1997 e 1998** – Atividades e expedições de demarcação física são realizadas.

1998 — O então presidente da república Fernando Henrique Cardoso ratifica a demarcação administrativa da Terra Indígena Rio Apapóris, sendo assim homologada e destinada à posse permanente dos povos indígenas: Yuhupdëh, Tukano, Yebamahsã, Desana e Tuyuka sobre uma área de 106.960 ha.

2012 — Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) é decretada pela Presidência da República.

2015 a 2019 — Articulações de apoios e processo de elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs).

A Comunidade São José do Rio Apapóris

Os Yuhupdëh, habitantes ancestrais da região do Rio Traíra atualmente residem principalmente na comunidade São José do Rio Apapóris e nas imediações do povoado e base militar Vila Bittencourt. À montante do território colombiano, os Yuhupdëh se instalam na boca do igarapé Uga, dentro do Resguardo Indígena e, ao mesmo tempo, no Parque Nacional Natural Yaigojé Apapóris.

A comunidade de São José do Rio Apapóris possui uma população de aproximadamente 500 pessoas, em sua maioria pertencentes à etnia Yuhupdëh. A comunidade conta com escola, centro de saúde, radiofonia, entre outros serviços. Em São José, as famílias moram em casas pequenas, construídas com cascas de tronco de árvores, madeira e telhado de zinco. Várias casas contam com geradores de energia, televisão e outros pequenos equipamentos.

Apesar dessa mudança estrutural em seu modo de vida, mantêm sua língua e práticas rituais, como o Yuruparí, por meio dos quais realizam tratamentos e curas de saúde e transmitem conhecimento às novas gerações.

Para adquirir produtos manufaturados ocidentais e acessar serviços de saúde, os moradores da comunidade de São José mantêm relações de troca comerciais e visitas à base militar do 3º Pelotão Especial de Fronteira, localizado na Vila Bittencourt, a 6 km abaixo de São José, na margem esquerda do rio Japurá, muito próximo da foz do rio Apapóris abaixo de São José, na margem esquerda do rio Japurá, muito próximo da foz do rio Apapóris.



Os Yuhupdêh vão para a Vila vender ou trocar produtos da roça, como banana, abacaxi, manga e também alimentos processados, como goma, amido ou farinha, para obter do comércio local outros produtos básicos, como sabão, roupas, utensílios domésticos, leite, café, arroz, açúcar e suco, produtos que fazem parte da dieta alimentar destas famílias.

Para casos de emergência médica, como acidentes ofídicos (com animais venenosos/peçonhentos) ou emergências odontológicas, os militares encaminham pacientes indígenas para centros de saúde em Tabatinga ou Manaus.

Ao norte de São José, no rio Caquetá colombiano, encontra-se o povoado de La Pedrera, com uma população de aproximadamente 4.500 pessoas entre indígenas e caboclos; na região há também um grande número de casas e sítios dispersos lado a lado na bacia do Caquetá - Japurá, em área de fronteira, muitas dessas casas são habitadas e mantidas por colonos migrantes nos últimos trinta anos.

Vista panorâmica da comunidade São José do Rio Apapóris. Jackson Rojas, 2019.



2.4 História de Ocupação do Traíra - História do Garimpo

Desde 1986, o ouro é extraído na região do Traíra, de forma contínua, por colonos provenientes de diferentes regiões. No início, mais de dez mil pessoas se dedicavam à mineração artesanal, de forma predatória e sem nenhum controle dos Estados do Brasil e da Colômbia.

Segundo várias versões locais, o ouro no Traíra foi descoberto pelos indígenas Claudio Barreto, brasileiro da etnia Tukano e Lorenzo López indígena colombiano do povo Makuna, procedente da comunidade de Santa Isabel del Pirá Paraná; os quais, em um ponto do igarapé Castanho, afluente do Traíra, encontraram o primeiro grande depósito do precioso minério. Após a descoberta, estas notícias atravessaram fronteiras rapidamente e em pouco tempo a região sofreu a chegada de inúmeras hordas de garimpeiros, colonos e caboclos brasileiros e colombianos.

O avô Jaime Tanimuka, da comunidade de Nûmi, localizada no rio Apapóris colombiano, assim relata a história da origem da mineração na região:

“Antigamente nós não sabíamos como era o ouro, que cor tinha; mas nossa história sim, conta que os deuses criadores do mundo deixaram em algumas partes de nosso território minerais preciosos, entre eles o ouro, para iluminar o pensamento e o trabalho espiritual de cura dos conhecedores. Portanto, desde a origem permaneceu como coisa sagrada, e com restrição para ser manipulado. Por isso, para nós no passado ver o ouro, tocar o ouro, não aconteceu ...”

Nossos avós contavam histórias de origem e mencionavam em quais lugares se encon-

trava o ouro, falavam de sua importância e função como elemento chave do sistema tradicional de cura. Mas nós nunca vimos nada de ouro, nada. Nem sequer em Taraíra.

Mais tarde, no tempo da coca, muitas pessoas começaram a trabalhar nessa bonança, e depois com o comércio de peles ... e entre essas pessoas que chegaram havia um Tukano chamado Barreto, que disse ter visto ouro em Traíra. O falecido conhecedor Ignacio Valencia, pai de Lorenzo Makuna, que agora é capitão de Puerto López, também dizia que, segundo a história, havia ouro lá no Traíra. Então esses dois, Lorenzo e Barreto, foram os que viram ouro no Igarapé Castanho. De lá, eles levaram um pouco e foram a outros lugares para vendê-lo.

Como o ouro é muito atraente, as pessoas então começaram a perguntar onde haviam encontrado o ouro “até agora” – diziam, porque não queriam que as pessoas entrassem, apenas o seu povo, porque era o território deles.

Meus avós no rio Mirití, falando de Traíra, me disseram “esse é um lugar sagrado para nós”. Eles sabiam que era um lugar sagrado, que merecia respeito, por isso esse lugar tinha um nome, como todo lugar sagrado. Assim contaram meus avós.

Então Barreto foi para o lado do Tiquié e de lá também trouxe muita gente para Taraíra, porque aquele território, eles diziam que era deles, dos Tukano. E embora Lorenzo e Barreto dissessem que não era permitido tirar ouro, com as fofocas a notícia se espalhou, e as pessoas começaram a chegar de muitos lugares, as pessoas já começaram a chegar em quantidade, mais e mais pessoas entraram, depois os guerrilheiros chegaram.”

E segue contando também que, as pessoas chegaram aos montes e se amontoavam em casinhas pequenas nas margens do

Traíra, lá faziam suas cabanas, a população aumentou muito e muito rapidamente. As pessoas que participaram desse boom chegaram com sua rede, que montavam entre duas árvores e um plástico por cima, acampamento tradicional da floresta, não conheciam a floresta e a maioria não conhecia a mineração. Cada um conta sua própria história, sua própria aventura de entrada e as necessidades pelas quais tiveram que passar. Muitas das pessoas que chegaram a Traíra eram garimpeiros de outras regiões ou pessoas envolvidas em plantações ilícitas.

Naquela época, em alguns igarapés havia muito ouro, era possível ver o ouro diretamente sem precisar procurar, a areia era de ouro, amarelinha, parecia farinha espalhada. Então, o trabalho de exploração concentrou-se inicialmente sobre o afloramento, nas partes altas das serras, e nos igarapés que surgiam desses locais. Posteriormente, com os mesmos lucros de produção, surgiram pequenos investimentos para adquirir tecnologias que intensificaram as explorações aluviais.

Ao lado dos campos de trabalho foram criados casarios com habitações de tábuas e telhados de palmeira, armazéns, cantinas, bilhares. Alguns já desapareceram como os de Garimpo, outros foram abandonados: Peladero e Sabana, aquele que permanece é o de Cerro Rojo.

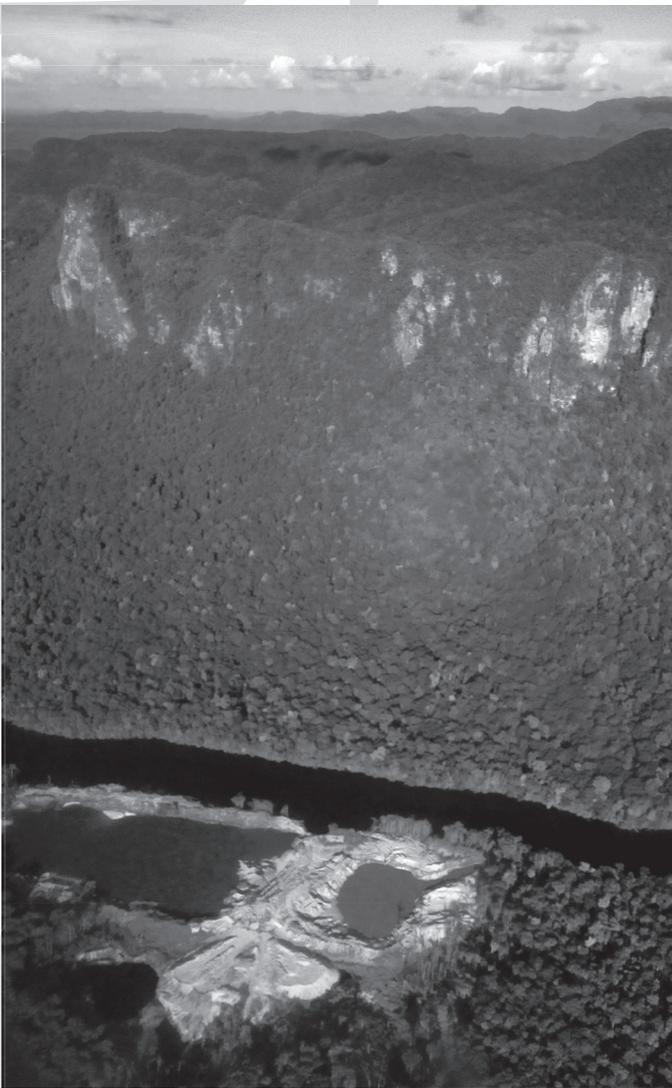
Depois, a guerrilha começou a controlar a área, mas quando a guerrilha não estava, acontecia uma terrível desordem, pessoas eram mortas, pessoas que saíam com ouro eram mortas. Prostitutas de Leticia também chegaram. A cada acampamento chegavam de 3 a 5 mulheres e lá ficavam por cerca de três dias, depois iam para outros lugares. Em alguns acampamentos ficavam mais tempo, dependia do ouro que encontravam.

Alguns dos que chegaram primeiro se apossavam de até três igarapés, então os comerciantes ricos que chegavam mais tarde diziam: “Quanto custam esses igarapés? Me venda um ou dois igarapés, preciso deles para o meu pessoal trabalhar! Quanto custa?” Assim se fechavam os negócios e pronto, e então ... as pessoas chegavam e chegavam e outras iam embora ...

As técnicas artesanais de extração de ouro no Traíra

Inicialmente, para a extração de ouro, bastava a seleção visual dos grãos de ouro ou simplesmente se usava a bateia. Depois, eram utilizados dois sistemas de exploração rústica: o de varrição com mangueiras de água, onde, por pressão da gravidade, varriam pequenas áreas e, no final, instalava-se uma calha simples onde terminavam de separar o ouro livre; e as pranchetas, que consistiam em armazenar, em pilhas, quantidades de material para depois lavá-las em calhas simples.

Utilizava-se água dos igarapés; logo foram construídas barragens com água das nascentes, dos igarapés ou água da chuva e, por gravidade, obtinham a pressão necessária para lavar o ouro. Logo introduziram bombas d'água simples para fazer rejeitos. Até então, os impactos ambientais eram mínimos. Mais tarde, começaram a colocar bombas de pressão para desprender e varrer o material solto. Depois, dragas que sugavam e subiam o material aluvial para os locais de beneficiamento. Com a maior mobilização de materiais, os sistemas de lavagem tiveram que ser aprimorados. Com esses sistemas, realizaram-se grandes mobilizações de materiais e o resultado pode ser visto nos areeiros desérticos que correm na base das serras a partir dos locais de exploração.



Rio Massaruny, Guyana. Mariana Gómez / GAIA, 2016.

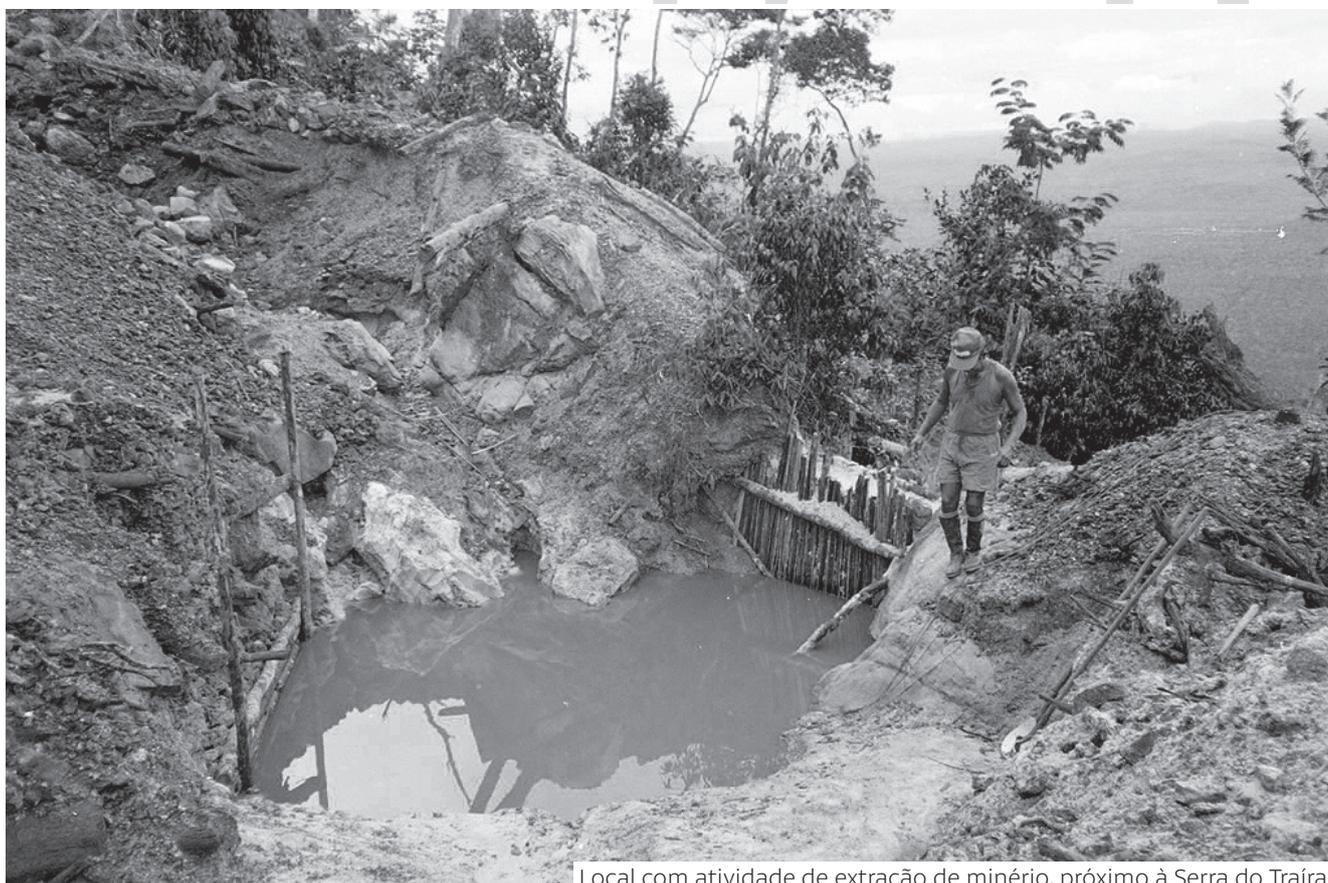
Uma vez acabado o material solto, começaram a separar manual ou mecanicamente o material firme dos estratos rochosos onde havia ouro incrustado na rocha, criando assim a necessidade de moagem, feita em barris usados para moer o material e liberar ouro, depois acrescentaram mercúrio para amálgama. Finalmente começaram a seguir os filões e foram criadas as atuais explorações de veio.

Estradas e trilhas foram abertas para chegar a cada local, formaram-se casarios dentro da floresta e numerosas frentes de trabalho foram criadas; além do desmatamento, a fauna e flora do local foram afetadas, bem como os diversos corpos d'água que nascem e correm pela região. A quali-

dade dos corpos d'água mudou drasticamente devido aos sedimentos provenientes da decapagem e remoção de terra em busca de ouro e das águas residuais provenientes das diferentes casarios, uma vez que mais de dez mil pessoas faziam uso da água para atender às suas necessidades básicas. E os filetes de água que saíam de uma rocha, todos bebiam, porque os igarapés foram destruídos e contaminados, permaneciam sujos o tempo todo.

O boom da mineração fez com que um grande número de pessoas, que vieram para se dedicar à mineração, desmatasse parte das áreas de serras de Taraíra, Machado e Garimpo, principalmente, onde havia uma concentração maior de pessoas. Mais tarde, no lado colombiano, foi construída uma pista de pouso de 600 metros e, ao lado dela, construiu-se o então povoado e atualmente município de Taraíra, na Colômbia.

No início, o município colombiano de Taraíra dependia apenas da mineração de ouro. Não havia ali outra forma de subsistência, salvo os cultivos de subsistência de algumas poucas famílias. Mas, à medida que a produção de ouro diminuiu, duas décadas depois, a maioria da população abandonou a região; embora outros continuassem dedicados a esse ofício, com sistemas novos para buscar ouro em pontos mais profundos. A moagem das pedras, o uso de mercúrio, cianeto e pólvora foram consolidados e, com isso, aumentaram os problemas de contaminação dos corpos d'água e os riscos para a saúde dos trabalhadores. Como consequência as partes altas das serras ficaram varridas, os igarapés lavados e muitas áreas ao redor da serra descobertas. Vales de areia, desolados nas partes baixas dos campos de trabalho.



Local com atividade de extração de minério, próximo à Serra do Traíra, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. George Grunberg, 1996.



Vila José Mormes, região do Rio Traíra, Amazonas. George Grunberg, 1996.

Comunidades do entorno – região do rio Traíra (Terra Indígena Alto Rio Negro)

Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas

No Traíra, na cachoeira das Andorinhas, localiza-se o pequeno povoado de Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas. Há algumas décadas, era passagem obrigatória para muitos colonos brasileiros e colombianos, que transportavam insumos de La Pedrera para suas atividades de comércio e mineração nos garimpos das serras próximas. Atualmente, três famílias residem ali de modo tradicional e tentam ordenar as atividades de mineração ilegal, que ainda persistem nessa área. No entanto, recentemente, atores ainda não identificados instalaram dragas de extração mineral na cachoeira do Sol (Andorinhas), lugar considerado sagrado para todos os povos indígenas da região, tanto na Colômbia quanto no Brasil, em torno do qual a comunidade se estabeleceu.

Cachoeira Machado (Komeka)

A comunidade Machado está localizada na parte alta do rio Traíra, sobre a cachoeira ~Kobe Ka (*Hacha*), onde vivem várias famílias pertencentes à etnia Desana e que mantêm com a comunidade de Puerto López, na margem colombiana, uma estreita relação de cooperação por parentesco em relação a práticas rituais e econômicas. As expectativas futuras das famílias de Machado e Puerto López estão centradas na gestão conjunta de oportunidades voltadas ao fortalecimento de seus espaços de formação tradicional, garantindo a segurança alimentar, por meio do fortalecimento de práticas agrícolas lideradas por mulheres, o ordenamento do manejo ambiental da área através de acordos intercomunitários, e o ordenamento das atividades de mineração artesanal.

Igarapé Castanho: Vila José Mormes e Desana

A várias horas de caminhada pelas serras localizadas na parte superior do igarapé Castanho (*Ide Bikiya*), encontram-se as comunidades Vila José Mormes e Desana, cuja população é predominantemente Desana. Ambas comunidades se estabeleceram nesses locais a partir da década de 1980, com a abertura de minas de exploração de ouro, que permanecem ativas, razão pela qual boa parte da população de Vila José Mormes não seja indígena, tratam-se de colonos mineiros do Brasil e Colômbia, e também povos indígenas de outras regiões dedicados à mineração de ouro. No entanto, essa população flutuante tem diminuído à medida que a oferta de ouro de superfície diminui. A população indígena desses garimpos, que também está diminuindo, atualmente não pesca nem caça, sua alimentação depende principalmente de produtos industrializados, que adquirem com os comerciantes do local ou do município de Traíra, a preços muito altos em ouro.

Estas comunidades destacam como principais problemas a falta de alternativas, além da mineração, para geração de renda, a baixa qualidade da água que consomem, pois no verão ela deve ser canalizada a partir de riachos localizados próximos aos garimpos, mas principalmente a total falta de serviços de saúde e educação por parte do Estado, bem como a ausência de meios de comunicação e transporte. Essa situação é comum nas demais comunidades do Traíra.





3. Diagnóstico Socioambiental da Terra Indígena Rio Apapóris e Entorno

O objetivo desta seção é apresentar e realizar uma análise geral dos dados ambientais e sociais do levantamento de informações realizado nas comunidades da região do Traíra e São José da Terra Indígena Rio Apapóris.

População

Comunidades	Nº famílias	Nº Pessoas
Cachoeira do Machado	2	24
Desana	7	20
Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas	3	22
São José do Rio Apapóris	93	473
Vila José Mormes	6	Sem resposta

A população majoritária nessa região é da etnia Yuhupdêh, habitantes ancestrais da região, anteriormente nômades por várias décadas, estabelecidos atualmente na comunidade de São José do rio Apapóris para acessar serviços e apoio do governo.

As comunidades colombianas e a comunidade brasileira Cachoeira Machado do Traíra sobrevivem de modo tradicional, fazendo uso sustentável do meio ambiente, com base em seus conhecimentos ancestrais; embora tenham se estabelecido na região devido à oferta de trabalho na mineração. Nas comunidades brasileiras localizadas nas serras do igarapé Castanho há atividade de garimpo, onde o ouro ainda é explorado artesanalmente, de forma contínua. Na Vila José

Mormes há uma considerável população flutuante de brasileiros e comerciantes colombianos não indígenas, que permanecem longos períodos de tempo na comunidade, dedicados à atividade de mineração. Nesta comunidade, o censo foi feito com apenas uma parte da população indígena local, não foram realizadas sondagens com a população não indígena.

No entanto, é importante ressaltar que, embora a relação do povo Yuhupdêh com os garimpos não seja direta, os efeitos negativos não se limitam apenas aos povos do Rio Traíra, devido às conexões ecológicas, sociais, culturais e naturais da região.

Grupos Etários

Comunidades e Gênero	1-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	85-89	%
Cachoeira Machado																		
masculino	1	4	1				3		1		1							46
feminino		2		3	2	2	1	1		1								54
St Baltazar Andorinha																		
masculino	3	4	4		1		1		1		1		1					68
feminino				3	3					1								32
Desana																		
masculino			4	1				2	1	3								65
feminino		1			1	1	1	1	1									35
São José do rio Apaporis																		
masculino	38	46	37	21	13	25	14	14	8	7	9	3		4	1		3	52
feminino	43	31	32	24	25	16	15	6	6	3	8	5	3	3	4	5	1	48
Vila José Mormes																		
masculino			1	2	1	2	1			2		1						71
feminino		2			1	1												29
Total Geral	85	90	79	54	47	47	36	24	18	17	19	10	3	7	5	5	4	550
% Total	15,5	16,4	14,4	9,8	8,5	4,3	6,5	9,4	6,1	3,1	3,5	1,8	0,5	1,3	0,9	0,9	0,7	

O grupo etário com maior número de pessoas na região do Traíra é o de crianças de 1 a 14 anos, que corresponde a 46% da população total, seguido de jovens entre 15 e 29 anos que representam 27% do total. Estes dois grupos etários somam 75% da população.

Isto significa que 3 de cada 4 pessoas que vivem na região são jovens com menos de 30 anos, e esta situação particular nos conduz à reflexão sobre a importância que este segmento da população pos-

sui nas decisões sobre o futuro desta região. E sobre a responsabilidade das comunidades de mudar os modelos de exploração, que degradam o meio ambiente, por modelos sustentáveis baseados em tecnologias limpas e no conhecimento dos povos indígenas. Como os membros das comunidades se responsabilizam por cuidar do território, pensando no futuro que tantos jovens e crianças vão herdar?

População – Gênero -Etnias

	Bará	Caboclo	Desana	Kubeo	Maku-Yuhupdêh	Tukano	Tuyuka	Yanomami	Yebamahsã	Outras
Cachoeira Machado			10	2	1	1	5			5
Desana		1	5			3	4	2		2
Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas	1					14	7			
São José do rio Apapóris					462	7	1		1	2
Vila José Mormes			12				2			
Total Geral	1	1	27	2	463	25	19	2	1	9

550 pessoas: 46% feminino 54% masculino.

Como dissemos, a população majoritária na TI Rio Apapóris pertence à etnia Yuhupdêh, com 463 pessoas. No Rio Traíra predominam os povos indígenas pertencentes à família linguística Tukano Oriental: Desana (27), Tukano (25) e Tuyuka (19). Essa constituição multiétnica local e em diálogo com pessoas e povos de outras regiões promove transformações constantes no sistema social e práticas culturais de gestão do território.

Educação

Na área da TI Apapóris e entorno do Traíra, apenas São José do Rio Apapóris conta com uma escola oficial que oferece educação fundamental. Em Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas, um professor da comunidade, sem título ou vínculo com o Estado, montou uma escolinha experimental. É por isso que muitas famílias das comunidades do Rio Traíra precisam enviar seus filhos para o internato do município colombiano, uma instituição pública que oferece ensino nos diferentes níveis, de fundamental à médio. Em

busca de serviços escolares mais próximos de suas residências, algumas famílias optam por mudar para a sede ou comunidades do entorno dos municípios de Japurá ou de São Gabriel da Cachoeira.

Comunidade	Escola	Onde estudam
Cachoeira do Machado	não	Município de Traíra – Colômbia
Desana	não	Município de Traíra – Colômbia
Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas	não	Villa Bittencourt e Comunidades São José
São José do rio Apapóris	sim	150 alunos no fundamental 1, 60 no fundamental 2, 40 no ensino médio e 30 estudantes no EJA e PPPI* em elaboração
Vila José Mormes	não	Traíra, Japurá, Villa Bittencourt, São Gabriel da Cachoeira

*Projeto Político Pedagógico Indígena

Benefícios sociais

Comunidade	Assalariados	Aposentadoria mulheres	Aposentadoria homens	Salário maternidade	Bolsa Família
São José do rio Apapóris	25	10	6	1	60

Nenhum dos habitantes das comunidades da região do Traíra recebe auxílio financeiro dos programas sociais do Estado. Como pode ser visto na tabela anterior, apenas um número pequeno de habitantes da comunidade São José do Rio Apapóris recebe benefícios sociais e salários. Cerca de 13% de toda população da comunidade declarou receber o Bolsa Família.

Para a região do Apapóris e Traíra, apenas em São José do Rio Apapóris há pessoas que recebem esses benefícios.

Saúde

A comunidade São José do Rio Apapóris conta com um Centro de Saúde; no Traíra, só na Vila José Mormes há um Agente Indígena de Saúde (AIS), mas não conta com medicamentos nem meios de comunicação, o que dificulta o atendimento de emergências. Esporadicamente, militares da Vila Bittencourt realizam brigadas médicas e se deslocam de helicóptero por algumas das comunidades do Traíra.



Posto de saúde da comunidade de São José do Rio Apapóris. Jackson Rojas, 2019.

Por isso existe uma relação de dependência com o município colombiano Taraira, o qual conta com um único centro de saúde em condições regularizadas. A equipe médica para a prestação do serviço na região é composta apenas por um médico, um dentista, um bacteriologista, um enfermeiro chefe e um auxiliar de enfermagem. Razão pela qual a cobertura na área indígena, do interior é mínima.

Um dado alarmante que resultou do levantamento de informações é que, em 2016–2017, foram registrados 526 casos de malária na região: são 26 para cada 100 pessoas. Comparando com as demais regiões do alto e médio Rio Negro, essa é a terceira sub-região com mais casos de malária, A sub-região do baixo Uaupés é a líder de casos de malária e logo depois localizam-se o médio Tiquié e o médio Uaupés, ambos com a mesma proporção: 29 casos para cada 100 pessoas.

Além do exposto, e embora não haja estudos sobre contaminação por mercúrio em humanos, existem fortes indícios, sentido e relatado pelos próprios moradores das comunidades, de contaminação desse elemento químico em alguns afluentes e no próprio rio Traíra. Ademais, parece haver também contaminação dos igarapés por resíduos da produção de cocaína². Nos diagnósticos realizados localmente, foram claramente definidos pelos morado-

² Informe da Oficina que ocorreu em Cachoeira Machado, abril 2018.

res os rios e corpos d'água mais afetados por resíduos de metais como o mercúrio, gerado por garimpos e outros metais oriundos do narcotráfico, localizados em ambos os lados da fronteira. Todos os rios e igarapés da região convergem na bacia do rio Traíra, o que significa que, desde a parte alta, o rio Traíra está bastante contaminado, sendo necessários estudos para identificar claramente o problema nos corpos d'água, nos alimentos, nas plantas e nos seres humanos.

Pesca

Comunidade	A pesca é suficiente	A pesca diminuiu de tamanho	Quantidade é suficiente?	Com que frequência pescam na semana
Cachoeira Andorinhas	sim	não	sim	2 a 3 vezes
Desana	sim	não	sim	1 vez
Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas	sim	sim	sim	2 a 3 vezes
São José do rio Apapóris	sim	sim	sim	2 a 3 vezes a diariamente
Vila José Mormes	50% avalia que não e 50% não responderam	2 acham que sim, 1 acha que não e a outras não responderam	50% declararam que uma vez, os outros 50% não responderam	50% declararam que uma vez, os outros 50% não responderam

Comunidades	As famílias têm roça?	Quantas roças na comunidade?
Cachoeira Andorinhas	sim	8
Desana	não	0
Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas	sim	3
São José do rio Apapóris	sim	154
Vila José Mormes	sim	8

Roça

A população das comunidades do rio Traíra, Cachoeira do Machado e Andorinhas, baseiam sua alimentação nas atividades de roça e da pesca artesanal. Nas últimas décadas, os habitantes de São José também vivem, em grande parte, da agricultura de roças, segundo o

levantamento somam-se 154 roças ao total, uma média de mais de uma roça por família, considerando o total de 93 famílias residentes. A pesca artesanal, praticada no baixo rio Apapóris, a caça e a coleta de frutas silvestres também compõem a alimentação das famílias residentes em São José do Rio Apapóris.

A população indígena das comunidades das serras do Castanho, dada sua localização nessa área acidentada de serras, dedicação econômica ao garimpo, e pouca produção de roça e pesca mantém sua alimentação bastante dependente do suprimento de produtos processados oferecidos pelo comércio local ou do município de Taraíra, a preços altíssimos e muitas vezes cobrados em ouro.

Mineração

Atualmente, quase toda a mineração praticada na região é do tipo artesanal. O solo é lavado e bateado, são utilizados mangueiras, dragas e mercúrio. O material extraído de minas abandonadas também é processado, esmagado, e o ouro é extraído com mercúrio e cianeto, que são altamente contaminantes.

Além disso, nos últimos anos aumentaram consideravelmente os requerimentos de licenças para exploração e mineração na área do Traíra. Segundo dados oficiais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), coletados pelo ISA, apenas nos últimos dois anos mais de 170 requerimentos para exploração e extração, não somente de ouro, foram submetidos à Agência Nacional de Mineração – ANM em uma área gigantesca de mais de um milhão de hectares. Os outros minerais solicitados são, principalmente: prata, alumínio, cobre, columbita, estanho, pedras preciosas, níquel, paládio, platina e tantalita.

Estes requerimentos estão em nome das empresas: Sergam Serviços Geológicos da Amazônia Ltda. (16), Continental Mineração Indústria E Comércio Ltda. (22), C R Almeida S.A, Engenharia de Obras (17), Galena Mineração Indústria E Comércio Ltda. (53); Hilton Araújo de Paula (6); Construtora e Mineração Muruá S A (5); Mineração Silvana Industria e Comercio Ltda. (16), JARAK TUA CANK (6), a Luiz Rafael Pereira da Silva Araújo (12), principalmente.

Foram também outorgados três títulos de exploração de ouro em estado ativo para 3 polígonos sobre uma área de aproximadamente 9.000 hectares à Sergam Serviços Geológicos da Amazônia Ltda³.

Vale destacar que recentemente, ao final de 2019, a Justiça Fe-

³ Para maiores informações, ver tabelas detalhadas dos requerimentos: Títulos Minerários na Região de Taraíra Brasil e Colômbia e mapa da página 27.

deral deferiu liminar em uma Ação Civil Pública⁴ movida pelo Ministério Público Federal do Amazonas contra a Agência Nacional de Mineração. Na decisão, a Justiça Federal do Amazonas determinou que “sejam indeferidos todos os requerimentos de pesquisa ou de lavra minerais incidentes sobre terras indígenas no Estado do Amazonas, inclusive os de permissão de lavra garimpeira, tendo em vista a prática inconstitucional e ilegal de ‘sobrestamento’ desses requerimentos, fundamentada em indevida espera por regulamentação em lei dos artigos 176, §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal.”

O artigo 231 da Constituição Federal prevê a exploração e extração minerária em Terras Indígenas, apenas após regulamentação pelo Congresso Nacional, o que ainda não ocorreu. Nesse sentido, o MPF ressalta que apenas a suspensão dos processos, como a Ação Civil Pública fez, compromete os direitos dos povos indígenas. Sem o cancelamento integral dos processos, os pedidos ficam apenas suspensos, aguardando hipoteticamente o momento em que a mineração nessas áreas seja autorizada por lei. Dessa forma, os solicitantes, embora com pedidos suspensos, parece que terão preferência sobre as áreas requeridas se e quando a atividade for regulamentada.

Para o Traíra colombiano, no Registro de Mineração do Serviço Geológico da Colômbia, estão identificados quatro títulos de mineração no município de Taráira, concedidos à Cosigo Frontier Mining Corporation, à Rendle Andres e à Asociación de Mineros del Vaupés. Há também dois requerimentos vigentes em nome de Cosigo Resources y Andres Rendle; no caso de Andres Rendle são aproximadamente 902 hectares⁵.

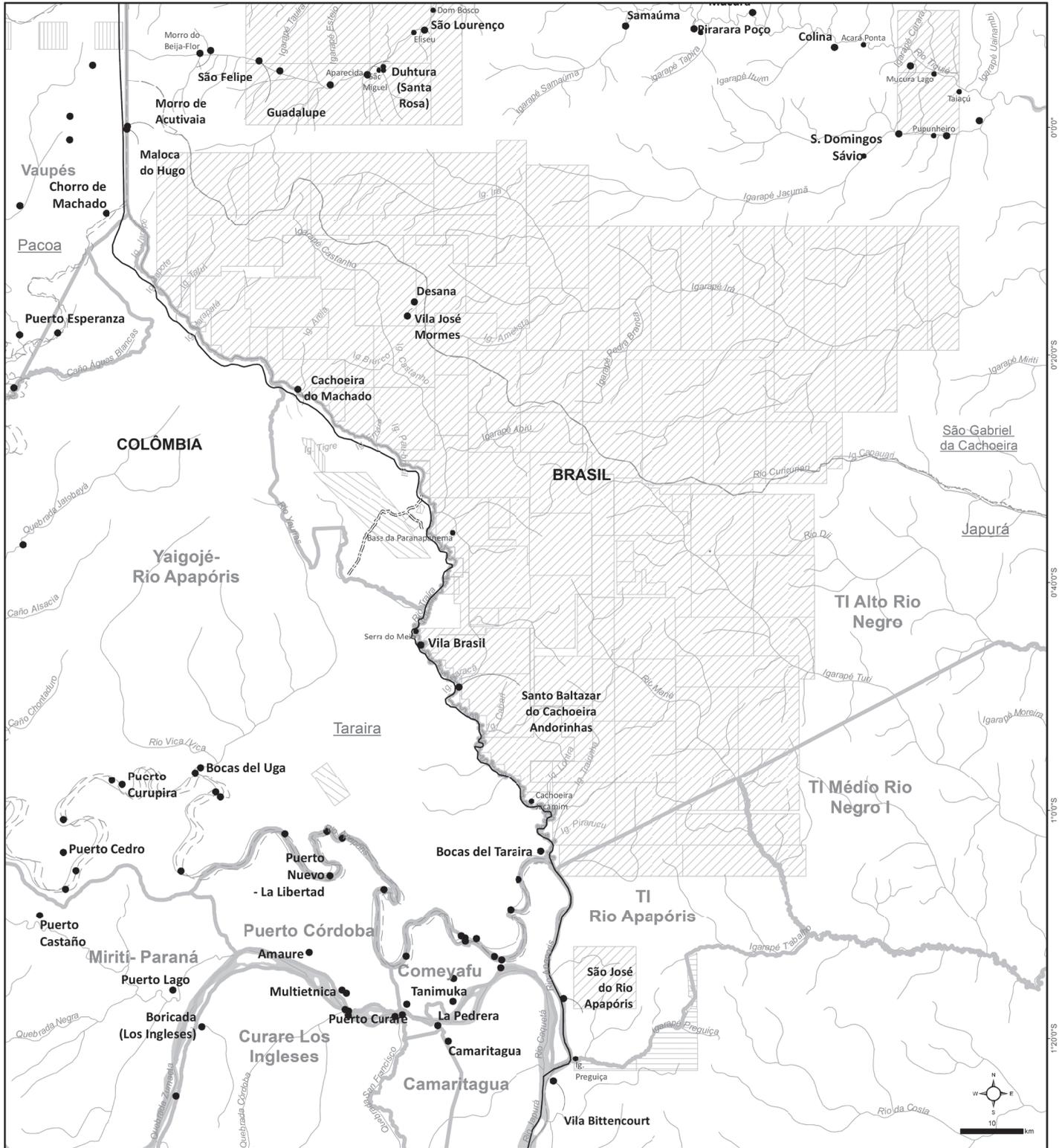


4 Ação Civil Pública Nº 1000580-84.2019.4.01.3200.

5 Ver tabela detalhada em anexo: Títulos Minerários na Região de Taráira Brasil e Colômbia.

Requerimentos de Títulos Minerários

Terra indígena Rio Apapóris e Região do Rio Traíra – Noroeste Amazônico, fronteira entre Brasil e Colômbia



Legenda

- | | | | |
|------------|-------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| Países | Terras e Resguardos Indígenas | Requerimentos de títulos minerários | Fases do Requerimento |
| Municípios | Comunidades, vilas e aldeias | Autorização de pesquisa | Em exploração |
| Estradas | | Requerimento de pesquisa | Solicitação |
| Rios | | | |

Fontes: Base Cartográfica e Territórios Indígenas e requerimentos Minerários (RAISG, 2020, DNPM – Brasil; ANM– Colômbia); Destaque para os casos na TI Apapóris e entorno. AATIs, Fundacion GAIA (2018), Comunidades e sítios e toponímia dos rios (ISA/FOIRN, 2020).



3.1 Principais problemas e desafios para gestão e governança

De acordo com a percepção dos moradores locais os **principais desafios de gestão da região têm a ver com a proteção dos lugares sagrados, contaminação das águas e provavelmente dos peixes por mercúrio e o esgotamento de recursos naturais fundamentais para a subsistência, além dos problemas de saúde, segurança alimentar e conflitos sociais.** Tampouco existe serviço adequado de água potável ou saneamento básico; não existem sistemas de aquedutos; apenas alguns sistemas de coleta de água da chuva.

O assunto, é claro, merece um processo cuidadoso de pesquisa e análise, uma vez que são claros os problemas e desafios enfrentados por essas comunidades, decorrentes de uma dependência forçada do mercado que inclui a venda de sua própria força de trabalho.

Assim, pessoas de algumas comunidades, principalmente as localizadas no Igarapé Castanho, encontram-se imobilizadas em um empobrecedor emaranhado de relações e condições para obter recursos financeiros e atendimento de algumas poucas necessidades básicas. Parece que uma alternativa é promover uma agenda de economia solidária e vital, conectada ao território e ao bem-estar das comunidades; uma economia solidária e cooperativa, que esteja em função de todos.

Há também uma necessidade urgente de políticas de assistência que abranjam assistência médica, serviços de água potável, saneamento básico e educação indígena diferenciada. As propostas para o estabelecimento de escolas e postos de saúde estão vinculadas à disponibilização de

estações de radiofonia nas comunidades, à estruturação de um sistema de transporte, bem como à formulação de um plano de emergência para atender problemas de saúde, como epidemias ou contaminação por metais pesados, ao mesmo tempo em que propõe uma presença mais estável e duradoura das instituições do Estado brasileiro na região.

No processo de afirmação cultural, é evidente a necessidade de se desenvolver uma política educacional que contribua para a reafirmação cultural e o uso da língua indígena nos processos educacionais formalizados, bem como intercâmbios culturais entre os povos indígenas da região. Um plano de educação baseado no manejo com o território regional é essencial para formar gerações que consolidem a convivência e gerem empreendimentos produtivos a partir do conhecimento e cuidado da diversidade biocultural.

- Algumas comunidades contam com um potencial significativo de conhecimentos tradicionais e cerimônias rituais para afirmação, valorização e transmissão de práticas e conhecimentos. O território está ancorado em uma base tradicional, especialmente dos povos Makuna, Tukano e Yuhupdêh, com a presença e participação de outros povos com os quais há um permanente intercâmbio de relações sociais e comerciais. Essas tradições definem o território em uma estrutura de relacionamento que dialoga com outros povos da região compartilhada pelo Brasil e pela Colômbia, e que convergem no Rio Traíra. O processo de revitalização

e recriação cultural que algumas comunidades da região, como Machado–Puerto López e Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas, estão gerando por iniciativa própria, com criatividade e autonomia, configura uma territorialidade germinal que se estende aos dois lados da fronteira, de tal modo que o rio, como patrimônio ancestral dos povos amazônicos, possa recuperar a função biocultural exercida por tradição.

Embora exista um grande interesse das comunidades em manter a legalidade e a tranquilidade em seus territórios, há uma grande incerteza sobre os processos legais de ocupação dos territórios.

Na região do Traíra e Apapóris

- Entrada constante de garimpeiros e narcotraficantes não indígenas na região que provocam danos à integridade e à unidade das comunidades indígenas da região, devido à vulnerabilidade das mesmas. As comunidades são vigilantes, mas não sabem mais para quem apelar pois não há qualquer ação de fiscalização da área pelos órgãos competentes.
- A exploração do ouro provocou sérios impactos ambientais nos ecossistemas da região, colocando em risco os recursos naturais e o meio ambiente, e ameaça o conhecimento e os costumes tradicionais dos diferentes grupos indígenas, como o cultivo em roças, as formas de pesca e caça tradicionais, danças e cerimônias, benzimentos, etc. Em algumas comunidades nenhuma família possui roça e pouquíssimas pescam ou caçam. Todos pagam com ouro alimentos processados de comerciantes.
- Fortes indícios, sentido pelas próprias comunidades, de contaminação por mercúrio em alguns afluentes e no próprio rio Traíra, assim como contaminação dos igarapés por resíduos da produção de cocaína⁶.

Nas comunidades da região do Traíra

- Isolamento e falta total de serviços públicos e presença do Estado brasileiro na região. Nas áreas de educação e saúde estão sem qualquer assistência; apenas pelo município de Taraíra, do lado colombiano, conseguem acessar posto de saúde e matricular os filhos na escola, mas isso apenas para os que possuem documento colombiano, os que não possuem ficam completamente desassistidos.

⁶ Informe da oficina de Cachoeira Machado, Abril 2018.

- Problema da jurisdição municipal: parte do território está sob jurisdição do município de São Gabriel da Cachoeira e parte do município de Japurá. Vila José Mormes e Desana, por exemplo, estão localizadas bem na divisa dos municípios. As comunidades reclamam que isso dificulta muito as relações e os encaminhamentos das demandas coletivas para a esfera municipal, sobretudo nas áreas de educação e saúde, pois muitas vezes, nem o município de Japurá e nem o de São Gabriel reconhecem as comunidades. Também não há clareza sobre à qual DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) estão vinculadas as comunidades, se ao DSEI Alto Rio Negro ou DSEI Alto Rio Solimões; e nem à qual Coordenação Regional da Funai, se à CR Rio Negro ou CR Tabatinga. Assim, as comunidades ficam perdidas sobre a quem recorrer e direcionar suas demandas coletivas. Essas incertezas, a falta de infraestrutura de comunicação e a distância também fazem com que as comunidades fiquem desconectadas do conjunto das reivindicações e conquistas do movimento indígena do rio Negro, todas direcionadas aos municípios do rio Negro (São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos) e aos órgãos federais que atuam nessas jurisdições.
- Ainda que uma parte das famílias tenham roças, pesquem e cacem, todos hoje precisam de algum dinheiro para poder obter itens de que necessitam na cidade, como roupas, combustível, alguns produtos alimentícios industrializados. E, em muitos casos, precisam também custear o estudo dos filhos que frequentam as escolas de Taráira. Na ausência de programas governamentais de assistência e de apoio para alternativas mais sustentáveis de geração de renda, o garimpo aparece como a única via para suprir essas necessidades das comunidades. Contudo, os moradores das comunidades demonstram preocupação, sabem que o ouro não é sustentável a longo prazo, que ele se acabará um dia e nada ficará para as gerações futuras. Sabem também que o trabalho com o garimpo gera sérios impactos ao território e a bem-estar sociocultural, relatam e sentem na pele os impactos negativos do garimpo, em especial a contaminação do rio e dos igarapés.

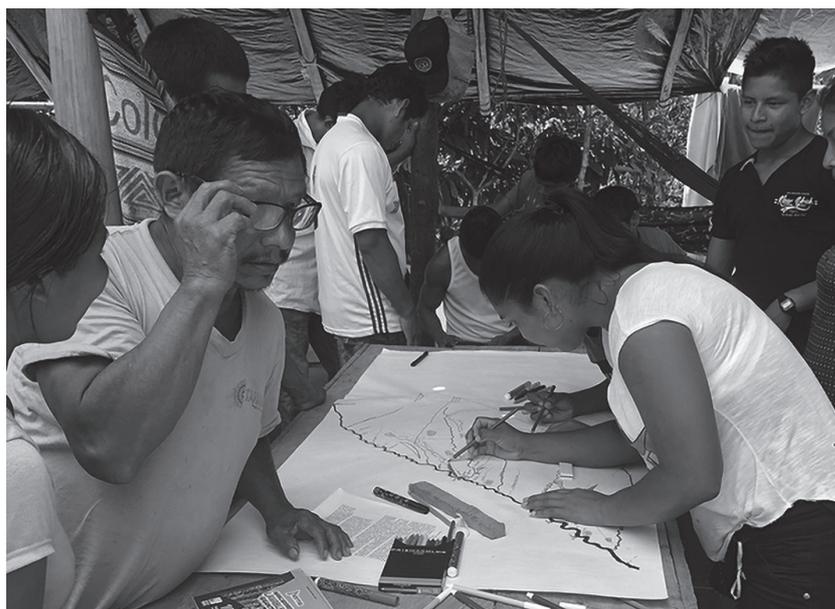
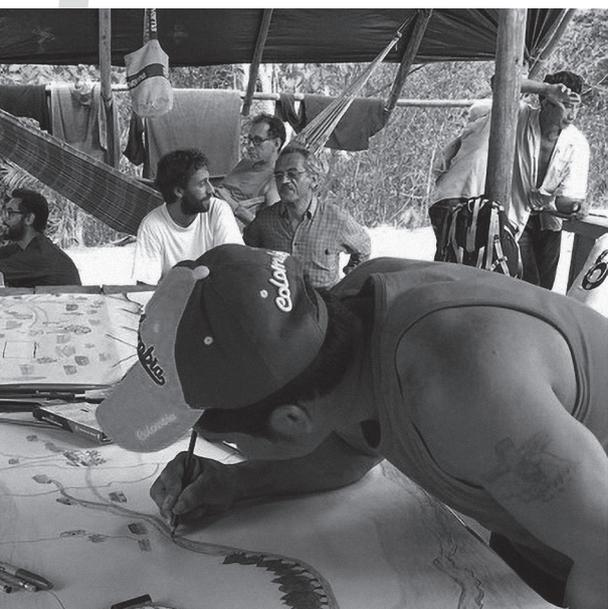


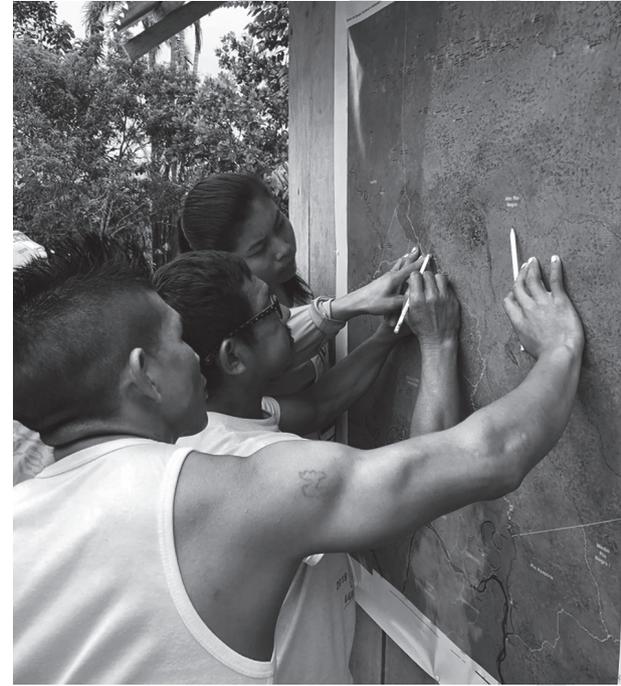
4. Expectativas e Propostas das Comunidades da TI Rio Apapóris e da Região do Traíra

Estas propostas foram elaboradas na oficina realizada na comunidade de Cachoeira do Machado no mês de abril 2018, e contou com a participação das comunidades da região do Traíra e de representantes da Funai, da FOIRN e do ISA.

Esta oficina foi reconhecida pelas lideranças presentes como histórica, pois foi a primeira vez que entidades do governo e a própria organização indígena centraram suas atenções e discutiram diretamente com as comunidades as difíceis situações presentes nesta região remota e de fronteira, caracterizada pela complexidade dos problemas sociais, envolvendo garimpos ilegais e narcotráfico, os quais vulnerabilizam os direitos fundamentais e a vida dos povos indígenas.

Exercício de cartografia social durante oficina em comunidade Cachoeira Machado. Nelson Ortiz, 2018.





Exercício de cartografia social durante oficina em comunidade Cachoeira Machado. Nelson Ortiz, 2018.

As comunidades do Traíra dizem que o único projeto desenvolvido na região desde a demarcação das terras indígenas foi o PP-TAL (Plano de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal), da FOIRN. Na avaliação das lideranças, foi um projeto bastante positivo, que fortaleceu as comunidades e reforçou a legitimidade de ocupação da área e o reconhecimento por parte do Estado do importante papel de vigilância e cuidado que as comunidades exercem sobre os seus territórios. O projeto também forneceu equipamentos e ferramentas fundamentais, como botes, motores, ferramentas agrícolas e radiofonia para facilitar a comunicação, a locomoção e o trabalho das comunidades.

Mas as lideranças dizem que depois disso as comunidades da região não tiveram mais nenhum apoio ou acompanhamento por parte das instituições do Estado, parceiros da sociedade civil ou mesmo do movimento indígena. Que ficaram apenas com o ônus ambiental e social dos tempos do garimpo. E que esperam que o mesmo não aconteça com o PGTA.

Pelo contrário, esperam que o PGTA ajude a criar uma estratégia de planejamento de caráter técnico-político de longo prazo. Uma estratégia que auxilie a organização do uso e ocupação do território, e a geração de alternativas econômicas sustentáveis, alinhadas às expectativas e aspirações da população, recompondo as regras tradicionais de manejo ambiental, com o apoio de instituições do Estado, FOIRN e ONGs com algum grau de afinidade e potencial de ação local.

Conforme mencionado na apresentação inicial, as propostas apresentadas a seguir demonstram que seus habitantes possuem conhecimentos importantes sobre o território, domínio sobre o conhecimento sócio-histórico da ocupação e clareza sobre as principais motivações para os conflitos ou riscos que se desenvolvem na área do Traíra; também possuem uma profunda compreensão do território como um todo e do sistema de proteção cultural necessário para sustentar a base tradicional dos povos que ali habitam.

4.1 Acordos internos de gestão

- Buscar a continuidade do diálogo entre os povos para aprofundar o entendimento entre as comunidades sobre o manejo tradicional do território e as estratégias de gestão ambiental e territorial no contexto atual.
- Construir acordos de manejo de peixes e outros recursos, assim como a proteção e o resgate do sistema de restrições e cuidado com lugares sagrados.
- Buscar apoio de instituições públicas e parceiros para que possam dar continuidade ao processo de gestão participativa.
- Que a gestão desse território ocorra de forma compartilhada e integrada pelas comunidades dos dois lados da fronteira, e que esteja respaldada por acordos binacionais ao nível dos Estados, como o Tratado de Cooperação Amazônica.
- Que o mapa (página 24) síntese do trabalho de cartografia social desenvolvido pelas comunidades do Traíra durante a oficina de gestão territorial, realizada na comunidade Cachoeira do Machado em 2018 seja uma referência na gestão territorial. Nele observa-se acordos sobre áreas de uso e influência entre as comunidades, com base nos quais foram estabelecidos compromissos de manejo sustentável e responsabilidade por um controle maior. Tomando como referência uma base cartográfica de bacias hidrográficas, apresentaram-se as jurisdições das organizações indígenas, áreas protegidas e parques da região vizinha na Colômbia, destacando-se, além dos lugares sagra-

dos, os recursos naturais mais importantes, bem como as áreas de ocupação atual.

4.2 Fortalecimento da cultura e dos conhecimentos tradicionais para o manejo do mundo

- Fortalecer as Malocas para valorizar as práticas e os conhecimentos tradicionais porque elas são a representação da estrutura cultural para o manejo territorial, o espaço de transmissão de conhecimentos e onde muitas as curas são realizadas.
- Construir ou aperfeiçoar a infraestrutura das Malocas em algumas comunidades e recuperar elementos da indumentária ritual.
- Contribuir com processos de transmissão de saberes e práticas indígenas.

4.3 Fiscalização e proteção do território

- Solicitamos fiscalização efetiva e colaborativa por parte dos órgãos competentes (Exército, Funai, ICMBio) para conter as invasões de garimpeiros não indígenas e narcotraficantes no território.
- A população local se compromete a estar vigilante e denunciar as invasões aos órgãos competentes. Para tanto precisam de certa infraestrutura de comunicação e transporte: radiofonia, botes e motores.
- É preciso urgentemente realizar análises das taxas de mercúrio e também da

contaminação do rio Traíra e afluentes por outros metais pesados e compostos químicos utilizados na fabricação da pasta base de cocaína pelos laboratórios clandestinos que existem na região. *“Precisamos ter maior clareza sobre a gravidade da contaminação à qual estamos expostos e assim poder pensar estratégias e alternativas para a recuperação da saúde do território.”*

4.4 Acesso aos serviços públicos de saúde, educação e cidadania

- Criar escola diferenciada na região, cuja fonte de aprendizado seja o território e o uso das próprias línguas (que são o reflexo de um saber sobre o território), que também incorpore outros elementos da sociedade envolvente, para que os jovens não precisem ir para uma cidade estudar e que alie os conhecimentos escolares aos conhecimentos tradicionais de cuidado com a vida e o território.
- Implementar posto de saúde ou polo base na região com equipe de agentes de saúde locais bem formada e atuante para a prática da medicina indígena em diálogo com a medicina ocidental.
- Estabelecer um convênio entre Brasil e Colômbia para implementação de políticas públicas binacionais. Considerando o acesso, com segurança e qualidade, de uma parcela da população das comunidades do Traíra, aos serviços de educação, saúde, transporte e comunicações do município colombiano de Taraíra.
- Que haja acordo entre o DSEI Alto Rio Ne-

gro e o DSEI Alto Solimões para coordenar ações de assistência à saúde nas comunidades da região.

- Que haja acordo entre a CR Rio Negro e CR Tabatinga para a criação de uma agenda conjunta, visando realizar mutirão para emissão de documentos dos habitantes da região, tais como: RANI, Registro Civil de Nascimento, RG, CPF, Título Eleitoral, Carteira de Trabalho.
- Formular e implementar um programa de melhoria da habitação que corresponda a características ambientais, culturais e climáticas da região.
- Implementar sistemas de adequados à realidade local para o abastecimento de água potável.
- Formular e implementar um programa de manejo de lixo (sobretudo para a comunidade de São José) e de educação para o manejo de resíduos contaminantes.

4.5 Governança, autonomia e sustentabilidade socioambiental

- Fortalecer os sistemas alimentares baseados na roça e nas atividades de subsistência como a pesca, a caça e a coleta de alimentos da floresta, e portanto, a autonomia na produção de alimentos.
- Assessoria e recursos para projetos alternativos de geração de renda e soberania alimentar, baseados numa economia solidária e cooperativa, priorizando ações voltadas ao fortalecimento de saberes e técnicas indígenas de manejo socioam-

biental, associadas à processos de inovação, comunicação e apoio solidário.

- Formular e implementar planos de manejo de peixes e outros recursos importantes por meio de oficinas de mapeamentos participativos e processos de pesquisa local.
- Estabelecer plano de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas por garimpo e ocupação desordenada, aliado ao trabalho espiritual de benzedores e pajés para resgatar o equilíbrio e a saúde do território.
- Discutir, de maneira aprofundada, possibilidades de menor impacto e mais sustentáveis para a exploração do ouro em pequena escala (considerar as concepções tradicionais sobre o ouro e a relação com os sítios sagrados e a vida do território).
- Assessoria e acompanhamento do próprio movimento indígena, através da FOIRN e DIA WII – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes, para a organização e funcionamento de uma associação e sede administrativa na região do Traíra.
- Futuramente, buscar apoio financeiro derivado de sistemas de pagamento por serviços ambientais, como REDD ++ ou Bolsa Floresta para a conservação, manejo sustentável e melhoria das florestas como

alternativa para diminuir a dependência das próprias comunidades em relação ao garimpo e também como uma espécie de compensação do Estado pelos impactos do garimpo em larga escala no território, já que as comunidades ficaram com o ônus e o passivo ambiental e cultural dessa exploração.

- Implementar sistemas alternativos de geração de energia limpa, como a solar, bem como implementar serviços diversos de tecnologia e comunicação.
- Fortalecer alianças com organizações indígenas colombianas para acordos e planos de manejo dos territórios, baseados nos conhecimentos indígenas.

4.6 Comunicação e mobilidade

- Fornecimento de radiofonia para as comunidades.
- Fornecimento de motores de popa e botes de alumínio para as comunidades a fim de realizarem transporte de produtos à população de Vila Bitencourt, assim como para a circulação de pessoas e famílias entre as diferentes comunidades brasileiras e colombianas.
- Apoio para provimento de combustível.





5. Recomendações



5.1 Recomendações para a gestão indígena a partir das parcerias com FOIRN e instituições com algum grau de afinidade e potencial de ação local

Para esse contexto específico da TI Rio Apapóris e entorno da região Traíra, é fundamental reconhecer e valorizar as relações de interdependência que as comunidades locais mantêm com outras comunidades multiétnicas brasileiras, e as relações transfronteiriças que mantêm com povos e instituições do país vizinho. Tais relações desempenham um papel importante em níveis econômico e jurídico-político, sobretudo em relação aos serviços de educação, saúde e comunicação que as comunidades indígenas da região exigem dos povoados de Vila Bittencourt, na sede do município de Japurá, na porção brasileira, ou no município de Taraíra e La Pedrera na Colômbia.

Para as comunidades do Rio Traíra, o município colombiano de Taraíra é a única opção de acesso a serviços de saúde, educação, comércio e comunicação. No entanto, já existem acordos internacionais que poderiam facilitar o uso desses serviços e a correspondente contrapartida de recursos para fortalecer esse município e garantir que as comunidades tenham acesso a eles. A reivindicação das comunidades, expressa nos encontros e discussões realizados para elaboração deste documento, é a consolidação e implementação de um acordo internacional que dê condições para a prestação dos serviços básicos de saúde e educação. Reivindicam também que tais acordos internacionais promovam uma gestão participativa e compartilhada do território, tendo em vistas a semelhança étnica e social das comunidades localizadas em ambos lados da fronteira.

A comunidade de São José do Rio Apapóris compartilha com outras 20 comunidades indígenas do Apapóris colombiano relações de

parentesco e sistemas de conhecimento sobre o manejo do rio e outros recursos do Apapóris.

Portanto, a organização comunitária, os acordos transfronteiriços, a educação e a saúde, o conhecimento, o saber tradicional, a cultura e a língua são fundamentais para construir uma boa gestão do território e fortalecer a governança local. Nesse sentido, as lideranças locais pontuam a ausência do Estado brasileiro e a necessidade de maior aproximação e organização do movimento indígena via FOIRN e DIA WII – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes.

Por fim, ao pensar o futuro e um plano de gestão indígena, emerge a oportunidade de valorização e fortalecimento das práticas, conhecimentos locais e da linguagem ritual. A linguagem ritual desperta emoções, afetos e anima a memória da origem, razão pela qual é fundamental para gestão e manejo dos territórios indígenas ancestrais impulsionando atualizações e renovando estratégias contemporâneas.

Estas ações são necessárias e de caráter urgente devido ao processo visível e denunciado de fragilidade e deterioração que afeta a vida coletiva das comunidades indígenas, sua sustentabilidade e preservação das culturas.

Conclusões

- A formulação e implementação do PGTA da TI Rio Apapóris e entorno deve levar em consideração o caráter transfronteiriço da realidade local. Vale lembrar a existência do Tratado de Cooperação Amazônica, instrumento que pode servir para elaborar políticas e planos binacionais de gestão ambiental e territorial na região, aplicando os princípios legais de coordenação e subsidiariedade.
- A extração de ouro constitui um dos principais desafios a ser enfrentado para uma gestão regional sustentável. Importante considerar que para os povos indígenas, o ouro cumpre funções e tem significados diversos que transcendem o valor essencialmente econômico costumeiramente atribuído a ele pelos não-indígenas. Para a região tornar-se econômica, ambiental e culturalmente sustentável, serão necessários processos de pesquisa participativa e intercultural que fundamentem um Plano Regional de Gestão e Ordenamento Territorial Ambiental.
- A presença de atividades ilegais de produção e distribuição de narcóticos na região é outro grande desafio que aponta para impactos negativos eventualmente derivados dessa atividade.

- A pressão sobre o território causada por garimpeiros e narcotraficantes gera a demanda, pelas comunidades, de vigilância e controle territorial por órgãos de controle, como Polícia Federal, Funai, Exército e organizações indígenas. As comunidades expressam sua determinação em ajudar a cuidar dos territórios e desenvolver projetos sustentáveis e comunitários.
- A complexa realidade emergente da bacia do Traíra exige que os planos de gestão ambiental nos territórios indígenas localizados nos dois lados do rio sejam promovidos no âmbito de uma estratégia regional de fortalecimento de processos endógenos de valorização de conhecimentos e práticas culturais e de produtividade sustentável. Estratégia que exige participação, pesquisa e aprendizado de forma permanente e criativa na dinâmica da configuração regional, para consolidar e fortalecer relações de convivência e benefício mútuos, algumas das quais já fazendo parte do cotidiano da região.
- A conexão com os povos e modos de vida da região Pirá Paraná, na Colômbia, pode favorecer intercâmbios e processos de fortalecimento da gestão indígena, proteção territorial e formação de jovens e crianças. A região do Pirá Paraná é de grande conservação cultural, reconhecida pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade, e o Resguardo Parque Nacional Natural Yaigojé Apaporis, já possui um Regime Especial de Gestão Territorial e Ambiental, com base nos princípios culturais dos povos indígenas que o habitam, reconhecido pelo Pnud com o Prêmio Equador de 2014.

5.2 Recomendações ao Governo Federal

Por mandato constitucional, é dever do Estado garantir o bem-estar geral e a melhoria da qualidade de vida de toda a população, satisfazendo necessidades básicas não atendidas. Consequentemente, o acesso aos serviços públicos das comunidades de Taraíra deve ser garantido em condições de qualidade, disponibilidade e acessibilidade física e econômica. O Estado também tem a obrigação de proteger o meio ambiente como um pilar essencial do desenvolvimento socioeconômico e garantir condições de vida dignas para sua população.

Portanto, o Estado, por meio dos Ministérios da Justiça (Funai), Saúde e Educação, deve:

- Fiscalizar e impedir a realização de atividades minerárias, até que

seja definido um marco regulatório especial que garanta a conservação desta importante região.

- Realizar uma avaliação exaustiva da situação que afeta as diferentes comunidades indígenas da região no contexto do uso e exploração de recursos naturais por terceiros e, com base nisso, desenvolver programas abrangentes com vistas a administrar ou evitar impactos negativos, garantir seus direitos e atender às suas necessidades.
- Prestar acompanhamento e apoio às comunidades de Traíra para garantir os direitos de acesso aos serviços com qualidade, continuidade e cobertura adequados.
- Promover condições para a realização de estudos de contaminação por mercúrio e outros elementos químicos proveniente de atividades predatórias, planejar de forma participativa e executar um plano de cuidado, atendimento à saúde dos povos indígenas, erradicação e mitigação.



Bibliografía

Alcaldía de Taraíra. 2015. Plan de Desarrollo Municipal 2010–2015 Todos Unidos por Taraíra.

CAYÓN, Luis 2018. O lenço de pano e o buquê de flores: Estados nacionais e os povos tukano orientais na fronteira colombo-brasileira em Anuário antropológico CEDI. 2004. Povos Indígenas do Brasil.

Defensoría del Pueblo, Colombia. 2016. Informe defensorial: explotación minera en tariara Vaupés.

FOIRN 2004. Relatório de viagem da Equipe FOIRN no âmbito do projeto de Proteção e Fiscalização.

ISA 2017. Resultados do Levantamento Socioambiental Relatório de trabalho para elaboração dos Planos de Gestão das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro, Amazonas.

ISA 2017. Informe de las Actividades desarrolladas en las comunidades indígenas San José del río Apaporis, Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas, Cachoeira Machado do Rio Taraíra, Vila José Mormes y Desana del caño Castanho- para o registro de dados socioambientais.

ISA 2018. Governança e bem viver indígena: Planos de Gestão Territorial e Ambiental das terras indígenas do alto e médio rio Negro n. 4. Portaria n. 1.074, de 25/11/96 [constitui Grupo Técnico de Trabalho para revisão das especificações técnicas - demarcação AIs no Rio Negro].

ISA 2018. Relatório Oficina sobre Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Alto rio Negro e Rio Apaporis en C. Cachoeira Machado.

Instituto SINCHI y el Instituto Alexander von Humboldt, con el apoyo de Colciencias, 2018. Expedición Colombia Bio Apaporis. Mitú, Vaupés Colombia.

MASSIRIS CABEZA, Angel 1993. “Bases teórico-metodológicas para estudios de ordenamiento territorial”, en: IDCAP, Misión Local, Instituto de Desarrollo del Distrito Capital y la Participación Ciudadana y Comunitaria IDCAP, año 2, núm. 2, enero/marzo. Universidad distrital, Santa Fe de Bogotá.

Mineralco S.A. 1.992. Exploración Geológica de la Serranía de Garimpo y parte de la Serranía de Machado, Proyecto Aurífero de Taraíra Fase I.

Ministério Público Federal Página web oficial.

Municipio de Traíra 1998. Diagnóstico, base de producción limpia y programa de capacitación en la explotación aurífera.

VICTORINO Nicolas A. 2012 Conformación de un nodo de transfronterización en el bajo Caquetá – Japurá. Transformación del paisaje fronterizo poblaciones urbano-ribereñas en el eje Apaporis – Tabatinga. Financiado por Colciencias y la Vicerrectoría de Investigaciones de la Universidad Nacional de Colombia.

Folha de São Paulo, 16 Set 2019.

Anexos



Títulos Minerários na Região Brasil e Colômbia

País	Nome	Empresa	Situação	Mineral
Colômbia	Ih3-16001x	(9001744240) Cosigo Frontier Mining Corporation	Em Exploração	Minérios de ouro e seus concentrados
	Pjs-12411	(900238944) Cosigo Resources Sucursal Colombia	Solicitação	Minérios de ouro e seus concentrados
	4448a	(8450000464) Asociación De Mineros Del Vaupes	Em Exploração	Metais preciosos
	Rc3-15211	(8320002194) Municipio De Taraira	Solicitação	Materiais de construção
	Gdb-158	(564503) Andres Rendle	Solicitação	Demas_Concesibles\ Minérios de ouro e seus Concent*
Brasil	Mineração Rio Marmelos Ltda.	Mineração Rio Marmelos Ltda.	Requerimento De Pesquisa	Columbita
	Continental Mineração Industria E Comércio Ltda.	Continental Mineração Industria E Comércio Ltda.	Requerimento De Pesquisa	Minério De Háfnio Alumínio Zircônio Cobre Platina Fosfato Titânio Paládio
	C R Almeida S.A. Engenharia De Obras	C R Almeida S.A. Engenharia De Obras	Requerimento De Pesquisa	Chumbo Cobre Prata Prata Níquel
	Galena Mineração Industria E Comércio Ltda.	Galena Mineração Industria E Comércio Ltda.	Requerimento De Pesquisa	Chumbo Cobre Zinco Estanho Ouro Paládio Titânio Minério De Háfnio Prata Alumínio Fosfato Guano
	Edgar Rohnelt Mineração Ltda.	Edgar Rohnelt Mineração Ltda.	Requerimento De Pesquisa	Tantalita
	Sergam Serviços Geológicos Da Amazônia Ltda.	Sergam Serviços Geológicos Da Amazônia Ltda.	Requerimento De Pesquisa	Zircônio Titânio Enxofre
			Autorização De Pesquisa	Sais De Potássio
	Hilton Araújo De Paula	Hilton Araújo De Paula	Requerimento De Pesquisa	Ouro Prata
Mineração Alnam Ltda.	Mineração Alnam Ltda.	Requerimento De Pesquisa	Ouro	

Brasil	Construtora E Mineração Muruá S A	Construtora E Mineração Muruá S A	Requerimento De Pesquisa	Columbita Nióbio
	Cabixis Brasileira De Mineração Ltda.	Cabixis Brasileira De Mineração Ltda.	Requerimento De Pesquisa	Antimônio
	Raimundo Ferreira Dias	Raimundo Ferreira Dias	Requerimento De Pesquisa	Ouro
	Mineração Silvana Industria E Comercio Ltda.	Mineração Silvana Industria E Comercio Ltda.	Requerimento De Pesquisa	Ouro
	Jarak Tua Cank	Jarak Tua Cank	Requerimento De Pesquisa	Ouro
	Luiz Rafael Pereira da Silva Araújo	Luiz Rafael Pereira da Silva Araújo	Requerimento De Pesquisa	Minério De Ouro
	Agamenon Do Nascimento Silva	Agamenon Do Nascimento Silva	Requerimento De Pesquisa	Minério De Ouro
	Rovam Lopes Dos Santos	Rovam Lopes Dos Santos	Requerimento De Pesquisa	Minério De Ouro
	Paulo Bernardo Papa	Paulo Bernardo Papa	Requerimento De Pesquisa	Minério De Ouro
	Janeth Fernandes Da Silva	Janeth Fernandes Da Silva	Requerimento De Pesquisa	Minério De Ouro
	Geraldo Carlos Basques Moura	Geraldo Carlos Basques Moura	Requerimento De Pesquisa	Minério De Ferro
	Comissão De Areroportos Da Região Amazônica	Comissão De Areroportos Da Região Amazônica	Requerimento De Registro De Extração	Granito



ת
ח
ס
ש
ו
ח